

Relator: Messias não tem votos para ser aprovado

Alcolumbre diz que Senado não usurpa prerrogativas de Lula

O relator da indicação de Jorge Messias para uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF), Weverton Rocha (PDT-MA), disse nesta quarta-feira (3) que ele ainda não tem os votos necessários para ser aprovado pelo Senado.

De acordo com o relator, Messias ganhou mais tempo para buscar apoio após o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), decidir adiar a sabatina à qual ele precisa ser submetido e a votação decisiva para a indicação.

"Seguramente não", disse Weverton a jornalistas depois de ser questionado sobre se Messias teria os 41 votos necessários caso a decisão fosse hoje. "Eu vejo com muito otimismo que ele vai conseguir o número necessário", disse o senador.

Weverton também afirmou que fará o possível para impedir que o descontentamento do Congresso com a decisão do ministro do STF Gilmar Mendes, que protege ministros da Corte contra pedidos de impeachment movidos no Senado, contamine o debate em torno de Messias.

"Ela soma um ambiente de mau humor na Casa, mas isso eu vou fazer o possível para não vincular", disse o relator.

A indicação de Messias sofre resistência no Senado porque Alcolumbre e outros senadores queriam que o indicado fosse Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ex-presidente da Casa.

A relação entre governo e Senado ficou estremecida depois da decisão do presidente da República. Weverton diz acreditar que Lula e Alcolumbre se entenderão.

Alcolumbre criticou o go-



Weverton acha que Messias reverterá as dificuldades com o tempo

verno federal e disse, nesta quarta-feira (3), que a Casa não usurpa prerrogativa de Lula ao avaliar a indicação de Jorge Messias para o STF (Supremo Tribunal Federal).

Messias corre risco de ser rejeitado porque Alcolumbre e outros senadores queriam que Lula tivesse escolhido Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Ataques

Ele disse que está sofrendo ataques desde o anúncio do nome de Messias. Segundo o presidente do Senado, isso acontece porque ele defende as prerrogativas da Casa. O presidente da República indica ministros para o Supremo, mas os escolhidos só assumem o cargo se forem aprovados pela maioria dos senadores.

"Em nenhum momento nenhum de nós, senadores e senadoras, tentamos usurpar as prerrogativas do presidente da República de fazer a indicação de um membro do Su-

premo Tribunal Federal", disse Alcolumbre.

Ele mencionou que recusar um nome para o STF é direito do Senado. Também citou o fato de nenhum indicado ser barrado desde o fim do século 19.

"Ah, mas porque há 134 anos não ocorre [rejeição], o Senado Federal quer usurpar a prerrogativa do presidente da República? Jamais. Mas cada um cumpre suas obrigações e fique com suas prerrogativas. O presidente tem a prerrogativa de indicar, o Senado tem que sabatinar e votar. E, aí sim, referendar, sim ou não aquela indicação", declarou ele.

Alcolumbre afirmou que havia marcado a votação decisiva sobre Messias para 10 de dezembro para não ser acusado de postergar a decisão. O senador disse que o tempo entre o anúncio da indicação e a deliberação final foi decidido com base na média de outras votações de autoridades.

Em 2021, o senador era pre-

sidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e foi criticado por segurar a sabatina do hoje ministro do STF André Mendonça por quatro meses.

O governo Lula, porém, não enviou ao Senado os documentos necessários para a sabatina após o anúncio.

A ideia era ter o poder de adiar a decisão caso não fosse constatado que Messias seria rejeitado. Alcolumbre criticou a tática.

"Preciso saber agora se todas aquelas críticas que foram ao ex-presidente da CCJ se elas valem para os dias atuais, para as autoridades do governo", declarou o presidente do Senado.

Alcolumbre reclamou de campanhas que colocaram o Congresso Nacional como inimigo do povo – retórica que apareceu, por exemplo, durante a tramitação do projeto que blindava congressistas contra investigações.

Caio Spechoto
(Folhapress)

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Carlos Moura/Agência Senado



Em resposta a Gilmar, Alcolumbre citou proposta

Projeto aumenta casos de impeachment no STF

O projeto do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) que altera a legislação sobre impeachment estabelece mais seis motivos capazes de gerar impedimento de ministros do Supremo Tribunal Federal.

A proposta foi citada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), ao criticar a decisão de Gilmar Mendes que dificultou o

impeachment de ministros da corte.

Pelo projeto, um ministro do STF poderá perder o cargo caso manifestar opinião sobre processo não julgado, exigir ou receber vantagem indevida ou custas ou honorários, embolsar contribuições de pessoas físicas ou entidades, revelar documentos ou fatos sigilosos e decidir fora de sua jurisdição.

Sem atritos

Por via das dúvidas, o governo tende a não comprar esta nova briga com Alcolumbre, considera difícil que mesmo senadores da base aceitem a mudança feita por Gilmar. Ter a maioria no Senado é uma das prioridades da direita na eleição de 2026, que quer o impeachment de Alexandre de Moraes.

Golpe e cadeia

Líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ) foi sucinto ao comentar dois dos principais assuntos de ontem: a decisão de Moraes — que classificou de "golpe de Estado" — e a prisão do presidente da Assembleia Legislativa do Rio, Rodrigo Bacellar (União): "Ele não vai sozinho, né? Imagina o que tem naquele celular...".



Gilmar Mendes retirou poder de senadores

Alcolumbre cita possível PEC

Gilmar retirou dos senadores o direito de decidir o impeachment de ministros do STF que, para ele, só poderá ser solicitado pelo Procurador-Geral da República, e não mais por qualquer cidadão.

Ao responder ao que classificou de invasão de prerrogativas do Legisla-

tivo, Alcolumbre também citou a possibilidade de apresentação e aprovação de uma emenda constitucional que mantenha o direito do Senado de avaliar o impedimento de integrantes do STF. Para Gilmar, a lei que trata do tema, de 1950, é incompatível com a Constituição.

Dois lados

A pesquisa AtlasIntel e a volta por cima de Michelle Bolsonaro na briga com o PL deixaram integrantes do Centrão animados e preocupados. A animação é pela constatação de que Lula (PT) não consegue ir além dos 49% no segundo turno, onde praticamente repetiria o percentual de votos da primeira rodada.

Esfinge

É aquela história: a centro-direita e a direita não bolsonarista são gratas ao ex-presidente que derrotou o PT e canalizou milhões de votos conservadores que andavam escondidos. Mas avaliam que seria melhor ter no Planalto alguém que não criasse tantos problemas. Michelle é vista como um enigma.

Bela e fera

Já os votos dados a candidatos de oposição na primeira fase tendem a ser somados na hora da decisão, principalmente nos casos de Tarcísio de Freitas e de Michelle Bolsonaro. Mas o Centrão teme que o crescimento de Michelle complique a indicação do próprio Tarcísio ou de outro político que não seja da família Bolsonaro.

Tijolaço

A escritora Ana Maria Gonçalves conta que Lula, na cadeia, tomou um susto ao receber de presente seu livro "Um defeito de cor", que tem quase mil páginas. Surpreso, perguntou para o presenteador, Aloizio Mercadante: "Você acha que estou em prisão perpétua?". Segundo ela, Lula leu o livro em seis dias.

Um minuto: Senado aprova Licença Ambiental Especial

O Senado Federal aprovou, nesta quarta-feira (3), a Licença Ambiental Especial (LAE) com uma brecha para liberar a reconstrução da polêmica rodovia BR-319 em até 90 dias. A estrada é vetor de desmatamento e grilagem, e corta o coração da amazônia.

A LAE é impulsionada por Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), presidente do Senado Federal, e acelera a análise de impactos sobre a natureza para empreendimentos que sejam classificados como estratégicos pelo governo federal – o que pode beneficiar casos de exploração de petróleo como o da bacia Foz do Amazonas.

Durante a tramitação da proposta no Congresso, ela ganhou um novo dispositivo que concede esse status prioritário automaticamente a "obras de reconstrução e repavimentação de rodovias preexistentes cujos trechos representem conexões estratégicas", exatamente o caso da BR-319.

Foi determinado prazo máximo de três meses para que seja concedida sua Licença de Instalação, justamente aquela que falta para que essa obra seja realizada atualmente.

Adesão e compromisso

A medida ainda restringe o uso da Licença por Adesão e Compromisso (LAC), que permite autorizar obras apenas mediante a promessa do empreendedor de não descumprir regramentos ambientais.



Projeto foi aprovado em um minuto pelo plenário

Seu texto foi votado em comissão mista e na Câmara na última terça-feira (2), e referendada pelo Senado já nesta quarta, em votação simbólica em cerca de um minuto de duração – e menos de um mês após a COP30, a conferência sobre mudanças climáticas das Nações Unidas, acontecer em Belém (PA).

A proposta foi aprovada em forma de um projeto de lei de conversão, vai para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e ainda pode sofrer vetos. Na última semana, porém, os parlamentares derrubaram vetos de Lula à lei geral que

flexibiliza e simplifica o processo de licenciamento ambiental no Brasil.

BR-319

O chamado trecho do meio da BR-319 teve sua Licença Prévia (LP) autorizada ainda durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), ato que foi suspenso pela Justiça, justamente pela falta de medidas para evitar a destruição da amazônia.

Em setembro deste ano, Lula afirmou que essa obra seria autorizada em acordo com ambientalistas.

Sua reconstrução é criticada pela ministra Marina Silva,

uma as rodovias são grandes vetores de desmatamento a partir das chamadas vias vicinais -- caminhos que partem da estrada principal e por onde se dá a exploração ilegal do meio ambiente.

O empreendimento é defendido não só por bolsonaristas, mas também por políticos do Norte, e conecta as capitais Manaus (AM) a Porto Velho (RO).

A BR-319 foi o pano de fundo para que parlamentares proferissem uma série de ataques a Marina Silva em maio deste ano, durante uma sessão no Senado na qual ela decidiu se retirar em razão das ofensas sofridas.

O trecho do meio, e que está pendente da licença de instalação, corta o coração da Amazônia e atualmente é todo de terra, em péssimas condições de locomoção.

Mesmo nessa situação precária, a região já apresenta uma especulação imobiliária intensa e impulsiona a destruição da floresta nos seus arredores.

A Licença Ambiental Especial é um dispositivo que dá ao Conselho de Governo (instância política que reúne ministros e o Presidente da República) o poder de selecionar quais projetos são considerados estratégicos, e cuja avaliação dos impactos passa a ter prazo máximo de um ano.

João Gabriel (Folhapress)